

Regulamento do Colégio de Especialidade de Gestão, Direcção e Fiscaliza- ção de Obras

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

- Artigo 1.º Objecto
- Artigo 2.º Princípios
- Artigo 3.º Finalidades
- Artigo 4.º Atribuições
- Artigo 5.º Relações Internacionais
- Artigo 6.º Ano associativo
- Artigo 7.º Remuneração dos cargos sociais

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

- Artigo 8.º Categorias dos sócios
- Artigo 9.º Admissão dos sócios
- Artigo 10.º Deveres dos sócios
- Artigo 11.º Quotas
- Artigo 12.º Direitos dos sócios
- Artigo 13.º Sócios na efectividade de direitos
- Artigo 14.º Sanções disciplinares
- Artigo 15.º Perda da qualidade de sócio

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO

- Artigo 16.º Órgãos

SECÇÃO I DA ASSEMBLEIA DO COLÉGIO

- Artigo 17.º Constituição
- Artigo 18.º Competências
- Artigo 19.º Reuniões
- Artigo 20.º Convocatórias

SECÇÃO II DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COLÉGIO

- Artigo 21.º Composição
- Artigo 22.º Competências

SECÇÃO III DO CONSELHO CONSULTIVO DO COLÉGIO

- Artigo 23.º Constituição
- Artigo 24.º Presidência
- Artigo 25.º Competência

SECÇÃO IV DOS GRUPOS DE TRABALHO

- Artigo 26.º Constituição
- Artigo 27.º Orientação

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Artigo 28.º Regime Transitório
- Artigo 29.º Casos Omissos
- Artigo 30.º Entrada em vigor

PREÂMBULO

Considerando que :

1.

1.1. A Gestão, Direcção e Fiscalização de Obras é matriz do interesse público da Arquitectura;

1.2. O Estatuto da Ordem dos Arquitectos (Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho) prevê no n.º 1 do art.º 31.º que: Podem ser criadas especialidades no domínio da arquitectura, sempre que estejam em causa áreas com características técnicas e científicas particulares, que assumam importância cultural, social ou económica e impliquem uma especialização do conhecimento ou da prática profissional.

1.3. Nas moções de orientação aprovadas no 1.º Congresso da Ordem dos Arquitectos se advoga a criação de especialidades, tendo por princípio uma organização como grupos científicos e de reconhecimento curricular, que não restringirão para os seus membros nenhuns dos actos próprios da profissão consignados no Estatuto.

2.

2.1. Os actos próprios da profissão do Arquitecto, consignados no Estatuto da Ordem dos Arquitectos, implicam a gestão e direcção de obras (n.º 3 do art.º 42.º), incluindo-se neste mesmo âmbito a fiscalização de obras;

2.2. Estes actos próprios da profissão de Arquitecto foram salvaguardados pelo reconhecimento que o Estado Português desde sempre garantiu ao arquitecto enquanto profissional que capacita tecnicamente uma empresa de construção, e encontram-se expressamente ressalvados na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra.

3.

3.1. É muito relevante a dimensão pública da responsabilidade envolvida na gestão, direcção e fiscalização de obras;

3.2. É responsabilidade da Ordem dos Arquitectos promover o reconhecimento público do papel fundamental dos arquitectos nas áreas da gestão, direcção e fiscalização de obras, garantindo a respectiva qualidade e aperfeiçoamento;

3.3. A crescente relevância e especialização das áreas da gestão, direcção e fiscalização de obras, assim como o crescente número de arquitectos que exercem estes actos próprios, aconselha a urgente criação do Colégio de Especialidade respectivo, por forma a salvar e incentivar a qualidade destes actos próprios da profissão de Arquitecto.

4.

4.1. A Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos, realizada no dia 9 de Junho de 2010, ao abrigo do disposto na alínea e) do art.º 16.º, na alínea g) do n.º 8 do art.º 14.º e no art.º 31.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, aprovou a proposta de criação do Colégio da Especialidade de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obras apresentada pelo Conselho Nacional de Delegados;

4.2. O Conselho Directivo Nacional, nos termos do disposto na alínea o) do art.º 18.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, propôs, ao Conselho Nacional de Delegados, a aprovação do presente Regulamento do Colégio da Especialidade de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obras que foi elaborado seguindo os objectivos e princípios estabelecidos.

O Conselho Nacional de Delegados, ao abrigo da alínea a) do art.º 16.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, na sua reunião de 2 de Setembro de 2010, aprova o seguinte:

CAPÍTULO 1 I Disposições Gerais

Artigo 1.º > Objecto

O presente regulamento respeita ao Colégio de Especialidade de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obras, adiante designado por Colégio, constituído por tempo indeterminado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 31.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos¹.

Artigo 2.º > Princípios

Os princípios fundamentais que regem o Colégio de Especialidade de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obras são os seguintes:

- 1) O da não restrição dos actos próprios da profissão tal como estão consignados no Estatuto da Ordem dos Arquitectos.
- 2) O da não substituição das competências e representatividade estabelecidas para os órgãos sociais da Ordem dos Arquitectos, ficando, designadamente:
 - a) Na dependência jurídica do Conselho Directivo Nacional, em forma de delegação de carácter especial, estabelecida pelos Estatutos;
 - b) Sujeito ao regime disciplinar da Ordem;
 - c) Na dependência administrativa e financeira do Conselho Directivo Nacional, no que diz respeito à sede de funcionamento e pessoal, sendo as despesas de funcionamento integradas no orçamento do Conselho Directivo Nacional.
- 3) O da autonomia de plano de actividades e orçamento, em articulação com o Conselho Directivo Nacional, relativamente a iniciativas próprias de acordo com as suas atribuições.

Artigo 3.º > Finalidades

1. O Colégio tem por fim fundamental contribuir para a valorização profissional e a correcta actuação deontológica no sentido de melhor servir a sociedade.
2. O Colégio prossegue as seguintes finalidades gerais:
 - a) Acompanhar, promover e divulgar a actividade dos arquitectos nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - b) Fomentar o estudo e a investigação nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - c) Estimular a aproximação às empresas de construção, o diálogo interdisciplinar e o mútuo conhecimento das práticas profissionais que concorrem para a qualidade da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - d) Coadjuvar as entidades competentes para a avaliação técnica dos profissionais que capacitam tecnicamente as empresas de construção, designadamente nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - e) Fundamentar a tomada de posições da Ordem dos Arquitectos nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - f) Estreitar os laços de cooperação de Portugal com outros países, designadamente com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - g) Apoiar as acções de formação permanente desenvolvidas pela Ordem dos Arquitectos ou por outras entidades nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - h) Promover o registo sistemático de arquitectos cuja actividade incida nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras.

Artigo 4.º > Atribuições

São atribuições do Colégio, designadamente:

- a) Defender os interesses profissionais dos arquitectos que intervêm nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- b) Promover o intercâmbio de ideias e experiências com organismos afins, nacionais, comunitários ou de outros países, e acções de cooperação interdisciplinar nos âmbitos da formação, da investigação ou da prática profissional que digam respeito aos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;

¹ Estatuto da Ordem dos Arquitectos - Artigo 31.º - Especialidades || 1. Podem ser criadas especialidades no domínio da arquitectura sempre que estejam em causa áreas com características técnicas e científicas particulares, que assumam importância cultural, social ou económica e impliquem uma especialização do conhecimento ou da prática profissional. || 2. Cada uma das Especialidades organiza-se em colégio, o qual é constituído por todos os membros com essa especialidade.

- c) Organizar reuniões científicas, seminários e cursos nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- d) Organizar e desenvolver serviços de arquivo, documentação e informação nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- e) Assegurar o registo sistemático dos arquitectos cuja actividade incida nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras.
- f) Promover e patrocinar a edição de publicações conformes aos seus objectivos e que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre as implicações e relevância dos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- g) Promover o aperfeiçoamento das regras de cariz deontológico;
- h) Colaborar com os órgãos docentes e discentes das universidades, institutos e outros graus de ensino em todas as iniciativas que visem a formação nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- i) Assumir funções de representação e intervenção nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras, sempre que solicitado pelo Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos;
- i) Prestar colaboração a entidades oficiais ou de interesse público nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras.

Artigo 5.º > Relações internacionais

O Colégio pode filiar-se ou celebrar convénios com outras organizações nacionais, comunitárias ou de outros países, com objectivos afins.

Artigo 6.º > Ano associativo

O ano associativo coincide com o ano civil de mandato dos Conselhos Directivos da Ordem dos Arquitectos.

Artigo 7.º > Remuneração dos cargos sociais

O desempenho de cargos sociais não é remunerado.

CAPÍTULO II . DOS SÓCIOS

Artigo 8.º > Categorias de sócios

1. O Colégio compreende as seguintes categorias de sócios:
 - a) Sócios efectivos;
 - b) Sócios extraordinários, que são sócios correspondentes ou honorários.
2. Podem ser sócios efectivos os membros da Ordem dos Arquitectos, desde que estejam na posse de todos os seus direitos civis e profissionais.
3. Podem ser sócios correspondentes os indivíduos e as colectividades nacionais ou estrangeiras que se dediquem com reconhecido mérito a qualquer aspecto científico ou prático nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras.
4. Podem ser sócios honorários os indivíduos ou as colectividades que o Colégio queira distinguir por contributos importantes nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras.

Artigo 9.º > Admissão dos sócios

1. A inscrição no Colégio é requerida à Comissão Executiva do Colégio e condicionada pela aceitação da proposta, da qual deve fazer parte integrante Curriculum do membro, fazendo, pelo menos, prova de uma das condições seguintes:
 - a) Possuir experiência profissional comprovada, com um mínimo de três anos, nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - b) Possuir habilitação própria mediante título de especialização obtido em instituição ou associação profissional nacional ou estrangeira, reconhecidas para tal;
 - c) Possuir formação académica comprovada em matéria do âmbito do Colégio.
2. No acto da inscrição deverá ser comprovada a regularidade da sua situação como membro efectivo da Ordem dos Arquitectos.
3. No caso de não aceitação, a Comissão Executiva do Colégio terá de informar, por escrito, o candidato da razão da sua decisão e deverá indicar as lacunas curriculares que o candida-

to terá de preencher, cabendo recurso dessa decisão para o Conselho Directivo Nacional.

4. A admissão do membro no Colégio é ratificada pelo Conselho Directivo Nacional, sendo deste a responsabilidade do respectivo registo na Base de dados de membros da Ordem dos Arquitectos.

Artigo 10.º > Deveres dos sócios

São deveres dos sócio:

- a) Observar as disposições estatutárias da Ordem dos Arquitectos ou regulamentares do Colégio;
- b) Contribuir, pela sua actividade profissional e associativa, para a realização dos fins do Colégio;
- c) Pagar as quotas que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos;
- d) Exercer os cargos sociais para que tenham sido eleitos.

Artigo 11.º > Quotas

Poderá ser instituído o pagamento de quotas destinado a financiar iniciativas a desenvolver no âmbito do plano de actividades do Colégio, mediante aprovação na Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos.

Artigo 12.º > Direitos dos sócios

1. São direitos dos sócios efectivos:

- a) Participar nas actividades do Colégio e usufruir dos seus serviços;
- b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
- c) Intervir e votar nas Assembleias do Colégio;
- d) Requerer a convocação de Assembleias Extraordinárias do Colégio nos termos fixados no presente regulamento;
- e) Participar em seminários, cursos e outras actividades afins realizadas pelo Colégio ou com a sua colaboração;
- f) Receber a informação e a documentação respeitantes às actividades do Colégio.

2. Os sócios extraordinários usufruem os mesmos direitos dos sócios efectivos, salvo os consignados nas alíneas b), c) e d) do número anterior.

Artigo 13.º > Sócios na efectividade de direitos

1. Só podem ser eleitos para os órgãos sociais os sócios efectivos que tenham completado um ano consecutivo de efectividade de direitos.
2. São considerados sócios na efectividade de direitos os que não tenham atraso superior a 6 meses no pagamento de quotas, nem estejam suspensos.

Artigo 14.º > Sanções disciplinares

Os sócios são passíveis de sanções disciplinares, nos termos deste Regulamento, do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, do Regulamento de Deontologia e do Regulamento do Procedimento Disciplinar.

Artigo 15.º > Perda da qualidade de sócio

Perdem a qualidade de sócios os que forem excluídos por sanções disciplinares ou se demitirem.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO

Artigo 16.º > Órgãos

O Colégio compreende os seguintes órgãos:

- a) A Assembleia do Colégio;
- b) A Comissão Executiva do Colégio;
- c) O Conselho Consultivo do Colégio

SECÇÃO I DA ASSEMBLEIA DO COLÉGIO

Artigo 17.º > Constituição

1. A Assembleia do Colégio é constituída pelos associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A mesa da Assembleia do Colégio é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos.
3. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente será substituído pelo vice-presidente e este pelo secretário.
4. Caso nenhum dos elementos mencionados nos números anteriores se encontre presente, a assembleia elegerá os elementos que a dirigirão.

Artigo 18.º > Competências

1. Compete à Assembleia do Colégio:
 - a) Eleger a mesa da Assembleia do Colégio e quatro membros da Comissão Executiva do Colégio, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 21.º do presente regulamento;
 - b) Aprovar o relatório e contas apresentado pela Comissão Executiva do Colégio;
 - c) Aprovar o orçamento e o plano de actividades do Colégio;
 - d) Decidir da exclusão de sócios, sob proposta da Comissão Executiva do Colégio;
 - e) Deliberar por convocação expressa sobre propostas de alteração do Regulamento do Colégio, a submeter ao Conselho Nacional de Delegados;
 - f) Destituir a mesa da Assembleia do Colégio ou a Comissão Executiva do Colégio, por convocação expressa;
 - g) Submeter à aprovação dos órgãos competentes da Ordem os regulamentos necessários ao seu funcionamento.
2. As deliberações sobre propostas de alteração do Regulamento e a destituição dos órgãos devem ser aprovadas pelo menos por três quartos dos sócios presentes, quer a Assembleia do Colégio reúna em primeira ou em segunda convocação.

Artigo 19.º > Reuniões

1. A Assembleia do Colégio deve reunir no mínimo duas vezes por ano para exercer as competências previstas nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo anterior.
2. A Assembleia do Colégio reúne extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente da mesa por sua iniciativa ou a requerimento da Comissão Executiva do Colégio ou de, pelo menos, dez por cento dos associados.

Artigo 20.º > Convocatórias

1. A Assembleia do Colégio será convocada pelo presidente da mesa ou por quem o substitui, através de aviso publicado no BA-Boletim Arquitectos, edição da Ordem dos Arquitectos, enviado com a antecedência mínima de quinze dias.
2. A convocatória deve indicar o dia, lugar da reunião, hora do seu início e a ordem de trabalhos.
3. Nos casos previstos no n.º 2 do artigo anterior, o presidente da mesa deverá convocar a Assembleia do Colégio no prazo máximo de quinze dias após a data de recepção de requerimento.

SECÇÃO II DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COLÉGIO

Artigo 21.º > Composição

1. A Comissão Executiva do Colégio é composta por sete membros, com mandato de três anos.
2. A Comissão Executiva do Colégio é composta por um Coordenador designado pelo Conselho Directivo Nacional, e por um Secretariado, sendo quatro dos seus membros eleitos pela Assembleia do Colégio e os restantes designados pelos Conselhos Directivos Regionais, na proporção de um por cada Conselho.

Artigo 22.º > Competências

1. Compete aos membros da Comissão Executiva do Colégio designados pelos Conselhos Directivos da Ordem dos Arquitectos promover a realização da primeira reunião da Assembleia do Colégio para a eleição dos restantes membros, no prazo máximo de dois meses após a designação.
2. Compete à Comissão Executiva do Colégio:
 - a) Zelar pelo respeito e cumprimento do Regulamento do Colégio;
 - b) Fazer executar as deliberações da Assembleia do Colégio;

- c) Elaborar o plano de actividades e orçamento, de acordo com a dotação orçamental, articulado com o Conselho Directivo Nacional;
 - d) Elaborar o relatório anual de actividades e contas;
 - e) Submeter à aprovação da Assembleia do Colégio o plano de actividades, o orçamento, o relatório de actividades e contas;
 - f) Avaliar as propostas de admissão de membros no Colégio;
 - g) Submeter a ratificação do Conselho Directivo Nacional as propostas de admissão de membros no Colégio;
 - h) Executar as actividades aprovadas no plano de actividades;
 - i) Articular as relações institucionais e culturais com os órgãos sociais da Ordem;
 - j) Fazer-se representar nas reuniões de Plenário do Conselho Directivo Nacional, quando convocada;
 - k) Colaborar na execução dos orçamentos, dos relatórios de actividades e contas da Ordem;
 - l) Emitir parecer sobre projectos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da profissão nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras, e propor alterações legislativas que se julguem por convenientes neste âmbito;
 - m) Promover a elaboração de estudos sobre temáticas relacionadas com os domínios e as práticas profissionais em gestão, direcção e fiscalização de obras;
 - n) Elaborar propostas de actuação a nível nacional para os domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras, bem como para as práticas profissionais inerentes;
 - o) Cooperar com Instituições e Associações, nacionais e estrangeiras, para a execução de actividades de âmbito cultural, científico e profissional, que visem a garantia de prossecução dos objectivos do Colégio.
3. A Comissão Executiva do Colégio não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros.
4. As deliberações são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade, em caso de empate na votação.
5. A Comissão Executiva do Colégio poderá propor ao Conselho Directivo Nacional a criação de grupos de trabalho para desenvolvimento iniciativas previstas no plano de actividades ou de tarefas com carácter excepcional.

SECÇÃO III DO CONSELHO CONSULTIVO DO COLÉGIO

Artigo 23.º > Constituição

O Conselho Consultivo do Colégio é constituído por personalidades de reconhecido mérito a convite da Comissão Executiva do Colégio.

Artigo 24.º > Presidência

Aos trabalhos do Conselho Consultivo do Colégio preside um dos sócios a designar entre estes.

Artigo 25.º > Competência

Compete ao Conselho Consultivo do Colégio emitir pareceres sobre todos os problemas nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras que lhe sejam colocados pelo Presidente da Ordem dos Arquitectos ou pelo Coordenador da Comissão Executiva.

SECÇÃO IV DOS GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 26.º > Constituição

A Comissão Executiva do Colégio pode constituir, pelo período do seu mandato, grupos de trabalho para estudo de assuntos de interesse para o Colégio ou para levar a cabo actividades específicas, nomeadamente:

- a) Organização de cursos, seminários e encontros nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- b) Redacção de textos para o BA-Boletim Arquitectos e relatórios de conferências e reuniões científicas nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- c) Manutenção de uma página web nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras;
- d) Organização de biblioteca e aquisição de livros, revistas e material didáctico nos domínios da gestão, direcção e fiscalização de obras.

Artigo 27.º > Orientação

Cada grupo de trabalho será orientado por um coordenador designado pela Comissão Executiva do Colégio.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 28.º > Regime Transitório

1. A competência de instalação do Colégio é atribuída a uma Comissão Instaladora, a qual terá a responsabilidade de assumir as competências da Comissão Executiva do Colégio, definidas no artigo 22.º, n.ºs 2, 3 e 4 do presente Regulamento e ainda de promover, no prazo de um ano, as diligências necessárias à eleição da Mesa da Assembleia do Colégio;
2. A Comissão Instaladora é composta por três a quatro membros designados pelo Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos;
3. A Comissão Instaladora cessa funções com a eleição da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 29.º > Casos Omissos

A resolução de casos omissos neste regulamento será resolvida pelo Conselho Nacional de Delegados, sob proposta da Comissão Executiva do Colégio.

Artigo 30.º > Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação no BA-Boletim dos Arquitectos, sendo disponibilizado no website da Ordem dos Arquitectos.

Aprovado na generalidade na 38.ª reunião plenária do CDN, em 10 de Março de 2010, e na especialidade e votação final global em 2 de Setembro de 2010 pelo Conselho Nacional de Delegados.